

# Cadernos de Cultura e Ciência

*Culture and Science Periodicals*

## **Uma Região - Muitas Geografias: Olhares Geográficos, Narrativas e Alteridades no Cariri Cearense\***

*One Region – Many Geographies:  
Geographical views, Narratives and  
Forms of Otherness in the Cariri Region  
(Ceará)*

Jörn Seemann<sup>1</sup>

---

*Universidade Regional do Cariri, Departamento de Geociências, Crato, CE, Brasil*

# Uma Região - Muitas Geografias: Olhares Geográficos, Narrativas e Alteridades no Cariri Cearense<sup>1</sup>

## *One Region – Many Geographies: Geographical views, Narratives and Forms of Otherness in the Cariri Region (Ceará)*

Jörn Seemann  
Departamento de Geociências, URCA

### **Resumo**

Pesquisas históricas e geográficas de uma região frequentemente se fundamentam quase exclusivamente em discursos regionais predominantes ou são determinadas pelos paradigmas acadêmicos vigentes que, na sua maioria, são externos da realidade regional. A superação da tensão entre esses dois tipos de metanarrativas poderia levar a uma perspectiva regional que incluiria discurso, espaço e historicidade da região estudada. Através do exemplo da região do Cariri cearense será apresentado um esquema para uma geografia na região e da região que objetiva criar um diálogo entre as diferentes visões regionais e garantir uma multivocalidade e diversidade de geografias no tempo e no espaço.

**Palavras chave:** Geografia regional, metanarrativas regionais, Cariri (Ceará)

### **Abstract**

*Historical and geographical research on a region frequently are based almost exclusively on a predominant regional discourse or are determined by dominating academic paradigms that, in their majority, are external to the regional reality. The overcoming of this tension between these two types of metanarratives could lead to a regional perspective that would include discourse, space and historicity of the region in study. Through the example of the Cariri region (Ceará) there will be presented a proposal for a geography in and of the region that aims to establish a dialogue between the different regional visions and guarantee the multivocality and diversity of geographies in time and space.*

**Key words:** Regional geography, regional metanarratives, Cariri (Ceará)

---

<sup>1</sup> Texto apresentado na mesa-redonda "Concepções do Espaço" por ocasião do III. Encontro do Núcleo de Estudos Regionais (NERE) da URCA, 15 a 18 de agosto de 2005.

Pesquisas qualitativas nas ciências humanas não transmitem “verdades absolutas” no sentido de que os resultados dos trabalhos empíricos representam apenas uma determinada perspectiva ou um determinado ângulo de um tema e dependem da abordagem e da metodologia utilizadas. Mesmo assim, muitos pesquisadores querem transmitir a impressão de terem feito um trabalho científico sem descontinuidades. Frequentemente, eles apresentam suas pesquisas como “únicas” e “verdadeiras”, excluindo qualquer tipo de discurso ou narrativa diferente. Esses “choques de conhecimento” não se restringem ao ambiente acadêmico e se tornam mais evidentes nas pesquisas geográficas de caráter regional: O conhecimento do pesquisador (*outsider*) tende a se chocar com os saberes da população local (*insider*) que possui sua própria visão sobre o espaço geográfico regional, imaginando-o como um território previamente mapeado, firmemente fundamentado e ancorado em um “mito fundador” para explicar sua gênese.

A geografia regional tem uma dupla face: Por um lado, ela serve como apoio para delimitar a região (geografia da região), obedecendo a critérios naturais, administrativos ou políticos que muitas vezes não correspondem à cultura, ao modo de produção e à identidade da população. Não existe um consenso sobre como definir e delimitar uma região, já que a idéia da região e do seu espaço está sendo (des)construída (às vezes destruída) a partir de discursos, identidades, imaginações e múltiplos conhecimentos acerca do saber geográfico. Por outro lado, essa visão da região frequentemente é a base para o “fazer geografia” na região (geografia na região), que utiliza os limites naturalizados para definir o que pertence ou não ao espaço regional, onde começa e onde termina a região e quais são os temas a serem abordados na discussão.

Quando ambas as geografias (a geografia da região e a geografia na região) se complementam, elas são capazes de se tornar uma base para prescrever e consolidar um determinado meta-pensamento geográfico regional que não permite outras narrativas.

Diante dessas tensões de conhecimento, levanta-se a pergunta de como conciliar essas posições diferentes para consolidar pesquisas geográficas não apenas da região, mas também na região, as quais não sejam unívocas ou excludentes. Como gerar conhecimentos geográficos sobre a região diante de visões e olhares diferentes, às vezes antagônicos, conhecimentos que vão além de um compartilhamento restrito à academia e de um discurso regionalista “telúrico”? Como gerar conhecimentos “válidos” e úteis para todos?

Para desafiar essa temática e para apontar as tensões entre o “pesquisador de fora da região” e o “olhar de dentro da região” será apresentado o exemplo da Região do Cariri no Sul do Ceará. Com base nessas “duas geografias regionais de dupla face”, explanadas mais detalhadamente em baixo, pretende-se provocar reações para melhor reconhecer e

talvez definir a posição do pesquisador e do pesquisado a partir dos olhares geográficos nas pesquisas regionais. Essa abordagem do espaço não se fundamenta no pensamento geográfico, mas no “pensar geográfico” que é a utilização do conhecimento geográfico para pensar, perceber, compreender, representar e transformar o espaço: “A geografia é, na verdade, um conjunto de conhecimentos, uma forma de raciocínio, um saber-pensar o espaço que permite agir mais eficazmente” (LACOSTE, 1986:27).

O espaço não é domínio exclusivo dos geógrafos nem é adereço do tempo, mas deve ser avaliado sob uma perspectiva interdisciplinar e inserido nas práticas da vida cotidiana. Neste sentido, o espaço e sua produção representam tanto o meio como o produto/processo nas pesquisas sociais sobre a realidade regional.

Este texto se preocupa menos com os conteúdos geográficos consolidados, consagrados e comprovados na bibliografia regional e mais com a produção do conhecimento e o “fazer geografia” da região e na região. Como um “pesquisador de fora” pode realizar trabalhos “dentro da região”? Como os habitantes da região concebem os olhares de dentro e de fora? Longe de ser um relato conclusivo, este artigo tem o intuito de estimular um debate mais aprofundado sobre a cientificidade e validade do conhecimento geográfico para romper com as visões limitantes ou limitadoras (às vezes deterministas) que se baseiam na tradição de “tomar o espaço de onde se fala como ponto de referência” (ALBUQUERQUE Jr., 2001:42).

### **Olhares geográficos, narrativas e alteridades**

Foram os antropólogos que “supostamente” conseguiram resolver o problema de como lidar com os conhecimentos de dentro e de fora de uma sociedade ou de um grupo (WIELEWICKI, 2001). O antropólogo Bronislaw Malinowski é citado como pai da observação participante no trabalho de campo. Diferente dos antecessores evolucionistas considerados como “pesquisadores de poltrona”, Malinowski convivia com os grupos étnicos que ele analisava como se ele mesmo fosse um integrante do grupo. Esses princípios da observação participante em combinação com os procedimentos dos estruturalistas franceses foram interpretados como “uma verdadeira revolução epistemológica”, que começava por uma “revolução do olhar” que consistia em “um descentramento radical, uma ruptura com a idéia de que existe um ‘centro do mundo’, e, correlativamente, uma ampliação do saber e uma mutação de si mesmo” (LAPLANTINE, 1993:22-23). O pesquisador empático e compreensível simplesmente se elevaria acima dos valores da sociedade pesquisada e dos seus próprios métodos de pensamento para “alcançar uma formulação válida, não apenas

para um observador honesto (*sic!*) e objetivo (*sic!*), mas para todos os observadores possíveis”(Lévi-Strauss apud LAPLANTINE, 1993:23, nota de rodapé 5).

Esses princípios de um relativismo cultural não são exclusividade da antropologia. Dentro da nossa própria sociedade existem grupos sociais que se distinguem dos outros através das suas peculiaridades e particularidades (desde subculturas de punks e gangues e adolescentes rebelados até portadores de aids, imigrantes ou seitas religiosas), muitas vezes incompreensíveis para quem não pertence ao grupo. Essas agregações, por sua vez, reclamam uma autonomia cada vez maior e contribuem a uma “canibalização” da sociedade (LEENHARDT, 2001:95): Como sobraram poucos povos e tribos “exóticos” como objetos da pesquisa antropológica, os pesquisadores foram obrigados a voltar a sua atenção aos “estranhos” e “canibais” dentro da própria sociedade.

Talvez seja por causa dessas tendências na sociedade atual que sociólogos como, por exemplo, Pierre Bourdieu também estão mostrando a sua preocupação com o “ponto de vista” que os faz pleitear por “uma conversão do olhar” para “dar novos olhos” a partir de uma “revolução mental”. Na longa citação que segue, BOURDIEU (1989) explica as dificuldades para instaurar esse olhar sociológico:

*“E isso não é possível sem uma verdadeira conversão, uma metanoia, uma revolução mental, uma mudança de toda a visão do mundo social. Aquilo o que se chama a ‘ruptura epistemológica’, quer dizer, o por-em-suspenso as pré-construções vulgares e os princípios geralmente aplicados na realização dessas construções, implica uma ruptura com modos de pensamento, conceitos, métodos que têm a seu favor todas as aparências do senso comum, do bom senso vulgar e do bom senso científico (tudo o que a atitude positivista dominante honra e reconhece). Vocês compreenderão, sem dúvida, que quando se está convencido como eu, de que a primeira tarefa da ciência social – portanto, do ensino da pesquisa em ciência social – é a de instaurar em norma fundamental da prática científica a conversão do pensamento, a revolução do olhar, a ruptura com o pré-construído e com tudo o que, na ordem social – e no universo douto – o sustenta, se seja condenado a ser-se constantemente suspeito de exercer um magistério profético e de pedir uma conversão pessoal”(p.49).*

Na teoria, esse ato de abandonar a sua posição e “compreender verdadeiramente” o “nativo” parece apenas uma formalidade. A prática, portanto, mostra que o conhecimento produzido (e publicado) dificilmente poderia chegar ao cerne da verdade e representa apenas um “conhecimento situado” (*situated knowledge*): cada pessoa (seja pesquisador ou “objeto” de estudo) está *posicionada* em/entre diferentes espaços e mantém determinadas relações e relacionamentos. Neste enredo, “a doutrina do método científico e toda

verbiagem sobre epistemologia foram inventadas para não podermos conhecer o mundo *efetivamente* através das ciências” (HARAWAY, 1991:185).

Foi desmantelado “o mito do pesquisador semicamaleão, que se adapta perfeitamente ao ambiente exótico que o rodeia, um milagre ambulante em empatia, tato, paciência e cosmopolitismo” (GEERTZ, 1999:85). Um *outsider* não vai se tornar “nativo” e não vai ter a mesma visão e compreensão da região como o *insider*. A falta de convivência e conhecimento do contexto regional pode levar a uma “interpretação distorcida” da realidade regional e a conclusões incompletas ou erradas, e a insistência em determinada metodologia de pesquisa para “encaixar” os resultados da pesquisa se torna tão excludente como o discurso regionalista.

Para escapar dessa armadilha, o pesquisador precisa “saber ouvir”, isto é, ter a capacidade de absorver os discursos e narrativas existentes na região como conhecimento tão válido como o seu próprio. Observações, excursões, pesquisas de campo e entrevistas e conversas informais representam fontes essenciais para relativizar o conhecimento e ampliar a visão sobre a região. O “pesquisador de fora” traz o seu próprio olhar geográfico que permite desvelar o que muitas vezes não é percebido entre as pessoas da região por se tratar de fenômenos “comuns” da cotidianidade.

Mesmo que o pesquisador crie uma certa empatia e utilize esse tipo de conhecimento, os saberes do pesquisador nem sempre estão sendo aceitos pela população da região. O que vem “de fora”, freqüentemente, é visto como “suspeito”. O pesquisador acaba sendo julgado como arrogante, pretensioso e “enxerido” por querer saber mais do que os habitantes da região e investigar as pessoas sem respeitar as opiniões delas. Ele bem pode descobrir novidades, perspectivas e ângulos diferentes, mas não é um conhecedor da região nem possui noções do contexto regional, o que o priva da legitimação do seu conhecimento regional. O olhar de dentro, por sua vez, muitas vezes, não questiona as tradições: “A força do pré-construído está em que, achando-se inscrito ao mesmo tempo nas coisas e nos cérebros, ele se apresenta com as aparências da evidência, que passa despercebida porque é perfeitamente natural” (BOURDIEU, 1989:49).

**Quadro 1:** Olhares autóctones e alóctones no contexto regional

<b>Critério</b>	<b>O olhar de dentro (segundo o pesquisador externo)</b>	<b>O olhar de fora (segundo os moradores da região)</b>
Experiência regional	Convivência, parte integrante e agente modificador do espaço vivido da região.	Não conhece o contexto regional, pouca convivência.
Leitura do espaço regional	Não há um questionamento das tradições (“sempre foi assim”); falta de reflexão.	Trabalho interpretativo com base nas bibliografias, observações e outras fontes (entrevistas, estatísticas, mapas etc.). A base empírica pode ser fraca para tirar conclusões.
Observação	A inserção na realidade regional faz com que determinados fenômenos permaneçam invisíveis.	Devido à distância (física e psicológica) o pesquisador consegue ver detalhes que os “nativos” da região não enxergam.
Etnocentrismo	Visão regionalista: orgulho pelas tradições e xenofobia: não precisa de externos para enxergar a realidade e ensinar a olhar.	Visão “academocêntrica”: arrogância e desrespeito para com visões e narrativas regionais; interferência em um suposto equilíbrio.
“Filosofia”	Uma espécie de cosmologia regional intacta com base nos seus mitos fundadores e seus “ancestrais”.	Seguidor de determinadas metodologias científicas e paradigmas; atitude questionadora, mas não autoquestionadora.
Dinâmica	Tradição, invenção de tradições; ritmo de mudança é lento.	Viés acadêmico e ideológico: produção e transformação do espaço geográfico.
Significado da região	Particularismo: identidade como discurso e proteção, diferenciação de outras regiões.	Relativismo: a região e seus moradores como apenas um caso.

O quadro 1 é uma tentativa de resumir os aspectos mencionados acima e mais alguns outros pontos que podem caracterizar a existência de discursos diferentes sobre uma determinada região. Essas visões distintas, em geral, não se complementam e buscam a confirmação da sua “unicidade” e “veracidade absoluto” diante dos outros discursos. Cada grupo cria uma metanarrativa que

*“se configura como uma narrativa que perdeu de vista seu caráter particular e assume uma dimensão geral e absoluta a partir da qual todas as outras narrativas adquirem sentido. Fora dessa narrativa que se pretende metanarrativa, nenhum outro discurso teria sentido. Nenhuma outra explicação. Nenhuma outra prescrição. Nenhum outro desejo. Nenhum outro projeto” (CARLOS, 1997:56).*

Edgar Morin, por sua vez, não utiliza o termo *metanarrativa*, mas classifica esse procedimento como racionalização que ele define como

*“a construção de uma visão coerente, totalizante do universo, a partir de dados parciais, de uma visão parcial, ou de um princípio único. Assim, a visão de um só aspecto das coisas (rendimento, eficácia), a explicação em função de um fator único (o econômico ou o político), a crença que os males da humanidade são devidos a uma só causa e a um só tipo de agentes constituem outras tantas racionalizações” (MORIN, 2000:157).*

Não importa a cientificidade ou seriedade: “A racionalização pode, a partir de uma proposição inicial totalmente absurda ou fantasmática, edificar uma construção lógica e dela deduzir todas as conseqüências práticas” (MORIN, 2000:158)

Neste contexto, deve ser levantada a pergunta de como conviver com esses discursos dominantes e como obter uma visão que inclua tanto os olhares de dentro quanto os olhares de fora. Não se trata de uma dicotomia entre o “daqui” e o “de lá” nem implica uma escolha entre um “cosmopolitanismo sem conteúdo” e um “paroquialismo sem lágrimas” (GEERTZ, 2001:87). A realidade da região parece como uma colagem, e para viver numa colagem precisa-se ser capaz de identificar os seus elementos, como eles são e como eles se relacionam com outros - “sem ao mesmo tempo borrar o sentido do seu próprio lugar e da sua identidade dentro dele” (GEERTZ, 2001:87).

A região se torna uma “zona de contato”, um termo cunhado por Marie Louise PRATT (1999) ao analisar relatos de viagens do século XIX como modos de construção do imaginário em leitores europeus sobre aquelas partes do globo por eles chamados de “o resto do mundo”. Apesar do contexto colonial da pesquisa de Pratt, o princípio pode ser usado para a problemática das pesquisas em geografia regional: A região não é tema de pesquisa, mas se torna palco de acontecimentos, isto é, um espaço de encontro, “no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada” (p.31) e que representa “uma tentativa de se invocar a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas, cujas trajetórias agora se cruzam” (p.32).

O geógrafo cultural James DUNCAN (2004) apresenta ainda outra proposta para trabalhar com olhares e utiliza o conceito de paisagem com os seus elementos visuais e simbólicos para registrar os diferentes olhares: do ponto de vista do pesquisador “de fora”, devem-se examinar os relatos que as pessoas locais fazem sobre a natureza da paisagem e como ela lhes parece. Que importância elas atribuem à paisagem? De que maneira suas leituras da paisagem contribuem para uma política de interpretação que naturaliza as relações sociais em uma sociedade ou as transforma? Neste sentido, o pesquisador tem como intuito a interpretação sobre o que a paisagem significa para aqueles que a produzem, a reproduzem ou a transformam para mostrar “como os relatos locais são constituídos dentro de um sistema de significação, conectados a outros elementos dentro do sistema cultural produzido dentro de uma ordem social” (p.108). Paisagens são modos contestados de “ver” o mundo, construções e composição que contêm várias camadas com significados diferentes e não se restringem ao visível (COSGROVE, 1998:13).

Nas pesquisas regionais, as diferentes visões da paisagem apenas se tornam compreensíveis quando comparadas com os relatos não-locais. O *outsider* que possui um certo distanciamento crítico que o coloca numa perspectiva diferente da visão tomada como dada, ou naturalizada, das pessoas do local é contraposto ao *insider* para o qual as paisagens tendem a parecer naturais ou inevitáveis: “a tangibilidade e a aparente transparência das características da paisagem tendem a convencer o observador local da paisagem de que as relações sociais, políticas e econômicas permitidas pela sua organização são estabelecidas naturalmente, ou mesmo divinamente” (COSGROVE, 1998:13).

Em seguida, será relatado em traços gerais como essas diferentes geografias se manifestam na Região do Cariri cearense.

### **As geografias do Cariri**

Uma breve análise dos livros e artigos publicados sobre a geografia regional do Cariri mostra que a geografia servia principalmente como um “pano de fundo” para relatar a meta-história da região. As principais referências desse nativismo “telúrico” são os escritores da década de 50 e a sua obsessão por fatos e homens, o que resultava em imensas listas dos povoadores e “civilizadores” da região para descobrir a “verdadeira origem” do Cariri, seu descobrimento, sua conquista e seu povoamento (MARQUES, 2004:51-62). O passado foi usado para glorificar o presente e consolidar a proveniência dos primeiros colonizadores não-indígenas, porque “não são as brumas do passado que se tenta aqui dissipar, mas

busca-se a nobreza da ascendência. Não é o antigo vilarejo da casas de taipa que se procura entrever, mas a nobreza das famílias do presente, dispostas a se perpetuar no futuro” (MARQUES, 2004:53). O “realismo paisagístico” do espaço concreto com suas localidades, sua topografia e toponímia cedeu lugar para um “paisagismo histórico”,

*“em que a simples descrição do Brasil como um conjunto de paisagens atemporais dá lugar a uma visão genealógica das diversas áreas do país e de sua população, mais precisamente de suas ‘elites’. Emerge o narrador oligárquico, provinciano, que se especializa em escrever a partir da história de suas províncias e das parentelas dominantes” (ALBUQUERQUE Jr., 2001:51-52).*

Conforme os relatos históricos vigentes, os primeiros povoadores alóctones entraram em atrito com os índios Cariris, “senhores da terra quando chegaram os civilizadores” (ARAUJO 1973:18). Esses novos habitantes foram “portadores de certo grau de civilização” e não se destacavam pela sua cultura erudita, “não se distinguiam pelas letras, nem por conhecimentos de certo valor intelectual, mas pela resistência física para viver na região” (FIGUEIREDO Filho, 1968:3). Tratava-se de “seres humanos fortes, que não temiam, de forma alguma, enfrentar as asperezas do meio, em luta contínua contra a natureza e o branco silvícola que, apesar do dominado pela barbaria, sabia defender sua gleba, com unhas e dentes” (FIGUEIREDO Filho, 1968:3).

Neste enredo histórico das “origens” dos povoadores do Cariri, insere-se a geografia da região. A Chapada do Araripe é utilizada para diferenciar o espaço físico do Cariri (“pedaço do paraíso terreal dentro do Nordeste”) das regiões circunvizinhas do sertão (“fornalha a crepitar ao contato de um sol abrasador”) (MARTINS Filho, 1966:103). A região é delimitada visualmente a partir do vale do Cariri e das encostas da Chapada e “se estende a toda a zona que circunda a serra do Araripe, assente sobre um terreno de arenito rico em água, que vai de Santana ao Jardim pelas encostas norte e leste da serra” (Thomaz Pompeu Sobrinho apud MARTINS Filho, 1966:101). Os fatores físicos representam elementos constantes e imóveis e contribuem para a criação de uma imagem naturalizada do Cariri que obedece à seguinte lógica: “inventar-se uma nova geografia, subordina-se o relevo, imagem ideal de permanência e imutabilidade, às intenções do discurso integrador sobre a região” (MARQUES, 2004:59). Esses princípios da “regionalização regional” estavam de acordo com as discussões territoriais nos anos 40 e 50 no Brasil. Procurava-se uma regionalização conforme fatores naturais, econômicos e políticos, uma hierarquização do Brasil para fins de planejamento. A região era considerada uma escolha prática, uma unidade espacial previamente dada para coletar e representar dados (microrregiões, localidades, municípios etc.), e se baseava nos elementos naturais da paisagem. A influência da geografia francesa

tornava-se presente (Vidal de la Blache, Vallaux). Buscava-se uma “síntese harmônica” apoiada nas “heranças históricas” da região para criar uma unidade geográfica “única”. Os autores deram preferência aos critérios naturais por serem estáveis e por constituírem “uma ótima base para uma divisão prática permanente que permita a comparação de dados estatísticos em diferentes épocas”, mesmo que essa “estabilidade” não correspondesse “a cada momento à realidade geográfica no seu conjunto, essencialmente mutável na parte que resulta da atividade humana” (GUIMARÃES, 1977-1978:29). No decorrer das últimas décadas surgiram inúmeras estratégias de regionalização usando nomenclaturas e vocabulários diferentes conforme as finalidades. Fala-se de uma divisão natural (conforme as bacias hidrográficas) ou uma territorialização político-administrativa em forma de macrorregiões de planejamento, mesorregiões, microrregiões geográficas ou Centros Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE), os quais resultam em divisões territoriais as mais variadas possíveis e incompatíveis com as outras.

Além da demarcação territorial, ainda há outro aspecto desse “fazer geografia” no Cariri. Os textos sobre a geografia do Cariri partem do espaço concreto, mas se caracterizam pela linguagem essencialmente rebuscada e prolixa que metaforiza a região como um anfiteatro onde se recita uma poética do espaço:

*“Correntes apoucadas retalham o vale e vão confluír no Salgado, que nasce no mesmo anfiteatro. Solo ubertoso, irriga-se de inúmeras fontes perenes, que brotam no sopé da serra, alimentando canaviais infindos, pontilhados de chaminé, a indicarem a principal indústria dos habitantes, hoje, como há 250 anos passados...”(ARAÚJO, 1973:18).*

Neste sentido, a paisagem da região se torna um veículo para evocar um sentimento romântico e estimular um discurso regionalista “a fim de fortalecer as fronteiras de identificação e preservar a idéia da região do Cariri como unidade” (MARQUES, 2004:59). Além da naturalização das regiões existe uma segunda tipologia que é a visão centrada nas pesquisas acadêmicas: regiões são vistas como objetos ou resultados de um processo de pesquisa, muitas vezes classificações formais ou funcionais de elementos empíricos que retratam o comportamento de uma “socialização acadêmica” ou podem evidenciar relações entre o poder e o conhecimento: uma vez inventadas, essas regiões construídas podem se tornar poderosas para formar a imaginação sobre o espaço e as ações e tomadas de decisões (PAASI, 2002:805). Neste sentido, a região não é o ponto de partido, mas o resultado da pesquisa: objetiva-se descobrir áreas homogêneas com as mesmas características.

Quanto aos pesquisadores alóctones que visitaram o Cariri, pode ser constatado que os autores tiveram que se referir às publicações regionais com base nos “mitos fundadores” da região, provavelmente por falta de fontes alternativas. Douracy SOARES (1968), em trabalho “atendendo a uma solicitação da Faculdade de Filosofia de Crato, feita ao Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade Federal da Bahia”, observa que

*“a região caririense corresponde àquele Cariri enfaticamente pronunciado pelos filhos da terra, com um sorriso largo, demonstrando um orgulho irradiante, querendo dizer com isto ao forasteiro que a sua terra é diferente das outras vizinhas, secas, pobres, catingentas, sem a fartura do seu Cariri. É a sua Região diferente de outras áreas onde os esforços dos homens para estabelecerem novos espaços, novas paisagens, redundam em fracasso, em desolação. O Cariri para o cearense é a terra privilegiada, onde primeiro chove, é a sua última esperança, quando o sol castiga, mata e impõe suas leis” (p.10).*

Pasquale Petrone, professor da cadeira de Geografia Humana na Universidade de São Paulo que visitou o Cariri nas décadas de 50 e 60, por sua vez, não reproduz a poética da metanarrativa histórico-geográfica e mostra uma posição mais cautelosa a respeito das origens da região:

*“Como em muitos casos referentes a regiões brasileiras interioranas, não há nenhum acordo entre os historiadores sobre o início do povoamento do Cariri. Evidentemente, a nós não interessa esmiuçar as controvérsias existentes, nem mesmo aprofundar a questão, e por isso mesmo limitar-nos-emos a acenar sobre os fatos que mais possam interessar a anotações desta natureza” (PETRONE, 1955:15).*

A base da regionalização também é a paisagem distinta que separa o Cariri do sertão circunvizinho. O Cariri é considerado “um verdadeiro e extenso ‘oásis’ da parte meridional do Ceará” (PETRONE, 1955:7). As marcas visíveis da paisagem (relevo, vegetação etc.) projetam uma idéia sobre a região, tanto que o discurso sobre uma região, muitas vezes, é antecedido pela formalização e delimitação geográfica da área com base na natureza. Mas as idéias e visões sobre a região também são capazes de moldar uma geografia. A região pode ser vista como construção social em forma de

*“práticas e discursos historicamente contingentes, nos quais os atores produzem mundos materiais ou simbólicos mais ou menos delimitados aos quais eles atribuem um significado. Neste sentido, as regiões, seus limites, símbolos e instituições não seriam resultados de processos autônomos e evolucionários, mas seriam expressões de uma luta perpétua sobre os*

*significados associados ao espaço, suas representações, democracia e bem-estar social” (PAASI, 2002:805).*

Inventa-se a região com base em imagens cativantes e memorizáveis, em estereótipos com alta repetitividade e fácil reprodução. Em resumo, “*definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza*” (ALBUQUERQUE Jr., 2001:24, grifo no original).

Enquanto os geógrafos *outsiders* estão sendo obrigados a “repensar a questão da ‘objetividade’ das regiões e compreendê-las como processos que são executados, limitados, simbolizados e institucionalizados através de múltiplas práticas e discursos que não estão inevitavelmente atrelados a uma determinada escala” (PAASI, 2002:805), a “existência” de uma região, muitas vezes, depende da dominação de determinados grupos sociais na estrutura regional que são fortes o suficiente para impor uma padronização e fazer emergir uma realidade regional diferente das áreas vizinhas. O “todo regional” deriva do poder que determinados grupos possuem para impor seus valores e normas na maioria da população e instigar a “solidariedade cultural necessária” para especificar a região (GILBERT, 1988:217).

**Quadro 2:** As duas geografias e as suas duas faces (dentro/fora, da região/na região)

De onde eu falo? ▶		
De que eu falo? ▼	De dentro de região	De fora da região
<b>Geografia da Região</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aceitação das delimitações oficiais para realçar a “unicidade” da região.</li> <li>• Paralelamente há um discurso regionalista para reclamar autonomia e independência administrativa (por exemplo, as tentativas de criar o Estado do Araripe nos anos 40 e 50)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Delimitações oficiais da região segundo determinados critérios (administrativos, naturais, políticos, econômicos etc.) como base para as pesquisas.</li> <li>• Em vez de ser ponto de partida, a região também pode ser produto “final”: diferenciação de áreas com as mesmas características (naturais, econômicas, culturais etc.)</li> </ul>
<b>Geografia <u>na</u> Região</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geografia como “pano de fundo” para a história: o espaço pertence ao passado e não se refere aos processos espaciais do presente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisas acadêmicas esporádicas: os trabalhos dos anos 50 e 60 seguem o padrão de uma geografia tradicional e positivista; os trabalhos mais recentes da última década (monografias de especialização, teses de mestrado) se restringem ao ambiente acadêmico.</li> <li>• Não há uma agenda de pesquisa definida para a geografia na região.</li> </ul>

O quadro 2 procura resumir o jogo dessas duas geografias com suas duplas faces. Salienta-se a importância do posicionamento (“de onde falo”) na temática regional que não pode ser separado dos conteúdos do discurso (“de que falo”). Nas “geografias de dentro”, enfatiza-se o “regional” e os seus respectivos discursos (muitas vezes “a-espaciais”), nos quais a geografia fica em segundo plano. Nas “geografias de fora”, por sua vez, está sendo realçada a “geografia” que se preocupa com o espaço e não com a subjetividade de sua produção e enunciação.

## Considerações finais

Para praticar uma geografia regional é preciso lidar com o espaço, a sua historicidade e o discurso acerca da região. Sob essa perspectiva, a região se torna um processo histórico que é longe de ser “um terreno firme, em que se pode apoiar o ferver, o movimento da história” e que parece mais “como solo movente, pântano que se mexe com a história e a faz mexer, que traga e é tragada pela historicidade” (ALBUQUERQUE Jr., 2001:26). Ao mesmo tempo, a região é produto do discurso de dentro e de fora que “não é emitido a partir de uma região objetivamente exterior a si, é na sua própria locução que está região é encenada, produzida e pressuposta” (ALBUQUERQUE Jr., 2001:24). Os discursos não representam documentos de uma verdade sobre a região, mas são monumentos de sua construção.

O discurso cria regiões, mas as regiões também criam discursos. O recorte geográfico, mesmo que seja “fisicamente nítido” como no caso do Cariri (as imagens do vale como oásis e das encostas da Chapada como fatores limítrofes), é apenas uma criação casual ou arbitrária para uma sociedade imaginada para a qual a geografia regional “obscurece a natureza multidimensional e sobreposta das estruturas regionais” (LEWIS, 1991:609).

Região significa não apenas falar (ou discursar) sobre o espaço no tempo e sobre o tempo no espaço, mas também lidar com imagens, idéias, visões do mundo, emoções, valores, percepções e representações materiais e imateriais que se referem ao regional e sua (re)invenção, construção, produção e transformação. Desta maneira,

*“o geográfico, o lingüístico e o histórico se encontram, porque buscamos analisar as diversas linguagens que, ao longo de um dado processo histórico, construíram uma geografia, uma distribuição espacial dos sentidos. É preciso, para isso, rompermos com as transparências dos espaços e das linguagens, pensarmos as espacialidades como acúmulo de camadas discursivas e de práticas sociais, trabalharmos essa região em que linguagem (discurso) e espaço (objeto histórico) se encontram, em que a história destrói as determinações naturais, em que o tempo dá ao espaço sua maleabilidade, sua variabilidade, seu valor explicativo e, ainda mais, seu calor e efeitos de verdade humanos” (ALBUQUERQUE JR., 2001:23).*

Para uma discussão geográfica mais espacial da região será necessário analisar o Cariri através de olhares diferentes. Conceitos geográficos como lugar, paisagem e território, que raramente são considerados por não-geógrafos, podem mostrar a região de uma maneira diferente: como um espaço de pertencimento e de afetividade humana (lugar), como um modo contestado de ver o espaço (paisagem) ou como demarcação proposta,

oposta ou imposta pelos homens (território). A região, portanto, não pode ser compreendida sem levar em conta as diferentes escalas geográficas (dimensões de percepção) desde a idéia do nordeste como região até as “regiões dentro das regiões”: Em determinadas ocasiões, os moradores do Cariri se sentem caririenses, em outros se identificam como cearenses, nordestinos, brasileiros ou sulamericanos.

Constata-se no Cariri cearense uma geografia regional “mal contada” que se baseia principalmente na metanarrativa histórica da região e em elementos da geografia descritiva de natureza tradicional e acrítica. As poucas exceções (por exemplo, MENEZES, 1998; PIANCÓ, 1998; OLIVEIRA, 1999) se restringem ao ambiente acadêmico e intra-universitário. Por essa razão é imprescindível justapor as leituras do *outsider* e do *insider* para “ajudar a desfamiliarizar a relação entre paisagens, ideologias dominantes e práticas políticas ou sociais” e para “esclarecer a maneira como ideologias dominantes, que são transmitidas por meio da paisagem, reproduzem práticas sociais e políticas” (DUNCAN, 2004:109).

Surge a necessidade de um diálogo entre os diferentes conhecimentos geográficos científicos e não-acadêmicos. Os pesquisadores têm abandonado a idéia do conhecimento científico como o único “válido”, admitindo a existência de um conhecimento local que não era mais considerado apenas como visão do mundo ou como valor humano. O problema, portanto, não é o reconhecimento desses saberes, mas a sua legitimidade: “A consciência pelo outro nos dias atuais não deu fim ao nítido corte entre o conhecimento acadêmico e outros conjuntos de conhecimento” (COLLIGNON, 2004:375).

A tarefa não é a escolha de uma geografia para a região, mas a consolidação de uma diversidade de geografias que diz respeito à diversidade da região e à diversidade do conhecimento humano. Em alusão a Michel Foucault, a geografia regional não deve ser concebida como um espaço único de poder e conhecimento, mas como uma heterotopia epistemológica que não possui um discurso dominante nem uma unidade intelectual, mas que “é capaz de justapor vários espaços num só lugar real, vários espaços que são em si mesmos incompatíveis” (FOUCAULT, 1986:25). Talvez seja este o caminho para conviver com uma região e muitas geografias ao mesmo tempo.

### Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. 2ª edição. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

ARAÚJO, Padre Antônio Gomes de. **Povoamento do Cariri**. Crato/CE: Faculdade de Filosofia, 1973.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.
- CARLOS, Erenildo João. Metanarrativa: um discurso em processo de rejeição. **Temas em Educação** (João Pessoa), n.6, p.52-81, 1997.
- COLLIGNON, Béatrice. It's a long way to the other geographers and geographic knowledges. **GeoJournal**, v.60, p.375-379.
- COSGROVE, Denis. **Social formation and symbolic landscapes**. Madison/Wisconsin: University of Wisconsin Press, 1998.
- DUNCAN, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: Ed.UERJ, 2004.
- FIGUEIREDO Filho, J. de. **História do Cariri** (Volume IV, capítulos 15-17). Crato/CE: Faculdade de Filosofia, 1968.
- FOUCAULT, Michel. Of other spaces. **Diacritics**, v.16, n.1, p.22-27, 1986.
- GEERTZ, Clifford. **Saber local. Novos ensaios em antropologia interpretativa**. 2ª edição. Petrópolis/RJ:Voices, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Available light: anthropological reflections on philosophical topics**. Princeton e Oxford: University of Princeton Press, 2001.
- GILBERT, Anne. The “new regional geography” in English and French speaking countries. **Progress in Human Geography**, v.12, p.208-228, 1988.
- GUIMARAES, Fábio M.S. Divisão do Brasil. **Boletim Carioca de Geografia**, v.28, p.11-48, 1977-1978.
- HARAWAY, Donna. **Simians, Cyborgs, and Women: the Reinvention of Nature**. Nova Iorque:Routledge, 1991.
- LACOSTE, Yves. Penser et enseigner la géographie. **L'Espace Géographique**, v. 15, n.1, p.24-27, 1986.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. 6ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1993.

- LEENHARDT, Jacques. Globalização e transdisciplinaridade: A segunda revolução identitária. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. (Org.). **Fronteiras do Milênio**. Porto Alegre, 2001, p.95-103.
- LEWIS, Martin W. Elusive societies: a regional-cartographic approach to the study of human relatedness. **Ann.Assoc.Amer.Geogr.**, v.81, n.4, p.605-626, 1991.
- MARQUES, Roberto. **Contracultura, tradição e oralidade. (Re)inventando o sertão nordestino na década de 70**. São Paulo: Annablume, 2004.
- MARTINS Filho, Antônio. O Cariri. In: MARTINS Filho, Antônio; GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. 3ª edição. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1966.
- MENEZES, Edith de Oliveira. **Do lugar da produção ao consumo do lugar - Um estudo da urbanização do Lameiro/Crato no Cariri Cearense**. 1998. Tese (Mestrado em Geografia) Universidade de São Paulo.
- MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- OLIVEIRA, João César Abreu de. **A Problemática Ambiental e o Desenvolvimento Urbano na Cidade do Crato-Ceará**. 1999. Tese (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará.
- PAASI, Anssi. Place and region: regional worlds and words. **Progress in Human Geography**, v.26, n.6, p.802-811, 2002.
- PETRONE, Pasquale. Contribuição ao estudo da região do Cariri, no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia**, n.19, p.3-29, 1955.
- PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **A Constituição de Bairros Periféricos em Barbalha -CE**. 1998. Tese (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Pernambuco.
- PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império. Relatos de viagem e transculturação**. Bauru/SP: EdUSC, 1999.
- SOARES, Douracy. **O Cariri – Crato – Juazeiro do Norte. Estudo de Geografia Regional**. Crato/CE: Faculdade de Filosofia do Crato, 1968.
- WIELEWICKI, Vera Helena Gomes. A pesquisa etnográfica como construção discursiva. **Acta Scientiarum** (Maringá/PR), v.23, n.1, p.27-32, 2001.